

SUMÁRIO

Prefácio	11
Apresentação e Agradecimentos	13
Abreviaturas	17

I. INTRODUÇÃO, 19

II. PODER DE CONTROLE, 31

2.1. Considerações Preliminares	33
2.2. Conceito	35
2.3. Tipologia do Poder de Controle	39
2.3.1. Controle Interno	40
2.3.1.1. Controle Quase Totalitário	40
2.3.1.2. Controle Majoritário	41
2.3.1.3. Controle Minoritário	41
2.3.1.4. Controle Gerencial	42
2.3.2. Controle Externo	44
2.4. Controle Concentrado <i>versus</i> Controle Difuso	45
2.5. A Realidade Brasileira	48

III. AQUISIÇÃO DO PODER DE CONTROLE, 55

3.1. Classificação	57
3.1.1. Voluntária ou Involuntária	57
3.1.2. Originária ou Derivada	58
3.1.3. Decorrente de operação isolada ou de operações conjuntas ...	60
3.1.4. Amigável ou Hostil	61
3.2. Métodos de aquisição do Poder de Controle	62
3.2.1. Compra e Venda Negociada de Ações do Controle	62
3.2.2. Escalada Acionária	63
3.2.3. Cessão do Controle Externo	68
3.2.4. Subscrição de Ações	69
3.2.5. Convenções de Voto	70
3.2.6. Oferta Pública de Aquisição de Controle	72

IV. OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE CONTROLE, 73

4.1. Conceito e Generalidades	75
4.2. Histórico	79
4.3. Natureza Jurídica	87
4.4. Legislação Aplicável	90
4.5. Aplicação e Efeitos	98
4.6. Viabilização Financeira	100
4.6.1. Recursos Próprios	100
4.6.2. Recursos de Terceiros	101
4.6.2.1. LBO – <i>Leveraged Buyout</i>	102
4.6.2.2. MBO – <i>Management Buyout</i>	104
4.7. Escolha da Companhia-Alvo	106
4.8. Preço da Oferta	108

V. MEDIDAS DEFENSIVAS, 111

5.1. Tipologia das Medidas Defensivas	118
5.1.1. Preventivas e Posteriores	118
5.1.1.1. Medidas Defensivas Preventivas	119
5.1.1.2. Medidas Defensivas Posteriores	119
5.1.2. Estatutárias, Contratuais e Institucionais	120
5.1.2.1. Medidas Defensivas Estatutárias	121
5.1.2.2. Medidas Defensivas Contratuais	121
5.1.2.3. Medidas Defensivas Institucionais	122
5.2. Parâmetros de Análise da Validade das Medidas Defensivas no Brasil	124

VI. ESPÉCIES DE MEDIDAS DEFENSIVAS, 133

6.1. Pílula de Veneno (<i>poison pill</i>)	135
6.1.1. <i>Flip In</i>	142
6.1.1.1. Bônus de Subscrição	143
6.1.1.2. Plano de Opção de Compra de Ações	145
6.1.2. <i>Flip Over</i>	147
6.2. Cláusulas de Proteção à Dispersão Acionária	149

6.3. Limitação ao Número de Votos	161
6.4. Deliberações sujeitas a <i>quorum</i> de “Super-maioria” qualificada	163
6.5. Conselho de Administração Escalonado (<i>Staggered Board</i>)	164
6.6. Cavaleiro Branco (<i>white knight</i>)	167
6.7. Escudeiro Branco (<i>white squire</i>)	170
6.8. Joia da Coroa (<i>crown jewel</i>)	171
6.9. <i>Greenmail</i>	174
6.10. Defesa <i>Pac-Man</i>	176
6.11. Paraquedas Dourado (<i>golden parachute</i>)	177
6.12. <i>People Pill</i>	179
6.13. <i>Show Stopper</i> ou <i>Safe Harbour</i>	180
6.14. <i>Macaroni Defense</i>	181
6.15. Vencimento Antecipado de Empréstimos e de contratos relevantes	182
6.16. <i>Standstill Agreements</i>	183
6.17. Apenas Diga Não (<i>Just Say No</i>)	184
6.18. Batalha Judicial e/ou Arbitral	185
6.19. Fortalecimento da Esfera de Controle	186

VII. EFEITOS DAS MEDIDAS DEFENSIVAS, 189

7.1. Estabilização da Dispersão Acionária	191
7.2. Efeito no Preço de Compra	194
7.3. Efeito Disciplinar em Relação à Administração	195
7.4. Desestímulo ao Investimento	197
7.5. Envolvimento da Administração na Negociação	197

VIII. PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS MEDIDAS DEFENSIVAS, 199

8.1. Modelos de Conduta e Padrões de Revisão da atuação da Administração	201
8.2. Casos paradigmáticos nos Estados Unidos da América	203
8.2.1. <i>Smith v. Van Gorkom</i>	205
8.2.2. <i>Unocal Corp. v. Mesa Petroleum Co.</i>	206

8.2.3. <i>Revlon v. MacAndrews and Forbes Holdings, Inc.</i>	209
8.2.4. <i>Paramount Communications, Inc. v. Time, Inc.</i>	213
8.2.5. <i>Paramount Communications, Inc. v. QVC Network, Inc.</i>	215
8.2.6. Precedentes aos casos paradigmáticos	216
8.3. Limites à atuação da administração	217
8.3.1. Neutralidade do Conselho de Administração (<i>Board Neutrality</i>)	218
8.3.2. Restrições às Medidas Defensivas (<i>Break-Through Rules</i>)	221
8.4. Deveres Fiduciários (<i>Fiduciary Duties</i>)	221
8.5. Regra do Julgamento do Negócio (<i>Business Judgment Rule</i>)	225
8.6. Deveres da Administração na Lei nº 6.404/76	227
8.6.1. Dever de Diligência	228
8.6.2. Finalidades das Atribuições e Desvio de Poder	230
8.6.3. Dever de Lealdade	232
8.6.4. Conflito de Interesses e Tutela do Interesse Social	234
8.6.5. Dever de informar	235

IX. LINEAMENTOS DE COMPARAÇÃO JURÍDICA, 239

9.1. Europa	242
9.1.1. Inglaterra	247
9.1.2. Europa Continental	250
9.1.2.1. Alemanha	251
9.1.2.2. Portugal	253
9.1.2.3. Itália	254
9.1.2.4. França	255
9.2. Estados Unidos da América	257
9.3. Argentina	260

X. CONCLUSÃO, 263

XI. BIBLIOGRAFIA, 269